

ESCANEI-ME

Avenida das Fábricas nº 98 - Parque Industrial Mitre Abou Nabhan



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235.000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2025
Processo Adm: Nº 66/2025

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ DE VARIEDADES DIVERSAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS/PR.
Empresas vendedoras valor total: R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais): VALTER MARTINS (2400189949) com os lotes: 1, 2, 3, 4 no valor total de R\$ 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais).

A autoridade municipal do órgão MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/da Lei 14.133/2021, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

INDIANÓPOLIS (PR), quinta-feira, 31 de julho de 2025.

Paulo Cezar Rizzato Martins
Autoridade Competente



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235.000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: gabinete@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 015/2025.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2025, CONFORME PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, EM 05 DE AGOSTO DE 2025.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, Estado do Paraná, PAULO CEZAR RIZZATO MARTINS, no uso de suas atribuições legais e considerando-se a imperial necessidade da Administração Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR os candidatos abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2025, para comparecer à Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munido com os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho (original);
- RG / CPF / Carteira de Identidade Nacional (CIN); (cópia);
- Comprovante de PIS/PASEP;
- Título de eleitor acompanhado do comprovante da última votação/justificativa ou Certidão de Quitação Eleitoral (cópia);
- 01 foto 3X4 recente;
- Certidão de Casamento ou nascimento, com as respectivas averbações, se for o caso (cópia);
- Certidão de nascimento dos dependentes ou Termo de Guarda ou tutela ou Termo de Adoção, se for o caso (cópia);
- CPF dos dependentes (se for o caso);
- Certidão Negativa de antecedentes Criminais; Federal e Estadual
- Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) Admissional; bem como exames complementares se necessário;
- Comprovante de Escolaridade (cópia);
- Comprovante de Registro no Conselho de Classe ativo (cópia);
- Comprovante de Quitação Militar (para masculino) (cópia);
- Comprovante de Residência (xerox);
- Conta bancária (cópia);
- Declaração de não acúmulo de cargos;

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	CARLOS HENRIQUE DINATO DA SILVA	03º

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL 20 H	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	ANTONIO EMICHAEL SOUZA GÓLVEA	01º

CARGO: COZINHEIRO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	DENILSON PIRES MANZOTTI	01º

CARGO: EDUCADOR SOCIAL	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	ROSIMARE APARECIDA COLOMBO CELESTINO	01º

CARGO: MOTORISTA	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	LUAN FELIPE MARTINS PEREIRA	03º

CARGO: PSICÓLOGO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
	CAMILA LARANHAGA DE MARQUI	02º

O não comparecimento do candidato no prazo de 05 (cinco) dias úteis implicará na automática desistência da vaga e classificação.

PAÇO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 14 de agosto de 2025.

Paulo Cezar Rizzato Martins
Prefeito do Município de Indianópolis



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235.000
Fone/Fax 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: assessoria@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 173/2025

NOMEIA A Sr.ª DANIELI GOMES DA SILVA AO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROFESSOR EM VIRTUDE DE HABILITAÇÃO EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o resultado do Concurso Público realizado pelo Município em 29 de junho de 2025, fornecido pela Comissão Especial de Concurso,

RESOLVE

I - Nomear a Sr.ª **DANIELI GOMES DA SILVA**, portadora do CPF. nº: 096.xxx.xxx-98, no cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR**, com carga horária de 20 horas semanais, em virtude de habilitação em Concurso Público, a partir de 07 de agosto de 2025.

II - A Secretaria de Administração e Planejamento, através da Divisão de Recursos Humanos, providenciará o assentamento nos registros funcionais em cumprimento da presente portaria.

III - Esta portaria entra em vigor na data de 07 de agosto de 2025, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "WALDEMAR TREVISAN" DE INDIANÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, em 07 de agosto de 2025.

Paulo Cezar Rizzato Martins
Prefeito do Município de Indianópolis



MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS
Praça Caramuru, 150 - Centro - CEP 87.235.000
Fone 44 3674 1108 - 3674 1560 - CNPJ 75.798.355/0001-77
E-mail: licitacao@indianopolis.pr.gov.br
INDIANÓPOLIS - ESTADO DO PARANÁ

CONTRATO Nº: 81/2025.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS, Estado do Paraná, com sede à Praça Caramuru, 150, Centro, Indianópolis/PR, inscrito no CGC/ME nº 75.798.355/0001-77, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Paulo Cezar Rizzato Martins, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.894.899-5 SSP/PR e do CPF/ME nº 796.849.399-49, e

TOMADOR: VALTER MARTINS, inscrita no CPF sob o nº, localizada na PR 082, LOTE 208C, BAIRRO ZONA RURAL, CEP: 87.240.000, TERRA BOA/PR.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MUDAS DE CAFÉ DE VARIEDADES DIVERSAS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS PRODUTORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE INDIANÓPOLIS/PR.

VALOR: R\$188.000,00 (Cento e Oitenta e Oito Mil Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 06 de agosto de 2025.

FORO: Comarca de Cianorte, Estado do Paraná.

Indianópolis/PR, 07 de agosto de 2025.

Paulo Cezar Rizzato Martins
Prefeito Municipal



CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.cicenop.com.br

AVISO DE EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025

CREDENCIAMENTO Nº 01/2025

CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JÚRICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO.

O CICENOP – Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná torna público, para quem interessar possa, que por ordem do Seu Presidente, Srº Marco Antonio Franzato, que se encontra aberta **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025** para realização de Credenciamento de Pessoa Jurídica para:

- Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviços de transporte rodoviário, com reserva, emissão individual, marcação e remarcação de bilhetes de passagens rodoviárias individuais, destinados para pacientes dos Municípios vinculados ao CICENOP, em Tratamento Fora do Domicílio – TFD, via Sistema Único de Saúde – SUS e aos agentes públicos, dos Municípios consorciados e/ou CICENOP, quando em viagens a serviço, capacitação, reunião e treinamento em Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba.

Os interessados poderão inscrever-se para o Credenciamento, a partir da publicação do presente aviso na imprensa, pelo período de 12 (doze) meses, nos meios abaixo referidos. Salienta-se que os documentos necessários para a inscrição no Credenciamento, poderão ser obtidos em qualquer momento, a partir da data da publicação do Aviso do Edital de Chamamento Público, pelos seguintes meios:

- Acesso à internet, pelo endereço www.cicenop.com.br;
- Na Secretaria Executiva do CICENOP, situada na Rua Piratiniaga 30, CEP 87.200-163, fone (44) 3018 – 4200, no Município de Cianorte – Pr, no horário das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h de segunda-feira a sexta-feira;
- Solicitação por e-mail: credenciamentocicenop@gmail.com

Esclarecimentos relativos à seleção pública e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, tendo sido devidamente encaminhados à Secretaria Executiva do CICENOP.

Cianorte/Pr, 14 de agosto de 2025.

Marco Antonio Franzato

Presidente

Assinatura lançada no original



CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.cicenop.com.br

HOMOLOGAÇÃO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ - CICENOP, por meio da Comissão Especial de Credenciamento, avaliou os documentos apresentados nos termos do Edital de Chamada Pública para Credenciamento n. 03/2024 e no exercício de suas atribuições, com base no Processo de Inexigibilidade nº 05/2024, cujo objeto é: Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná - CICENOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICENOP conforme edital de credenciamento 03/2024, para a contratação torna público a lista de empresas credenciadas no Processo Administrativo Nº 41.79/2024. Segue abaixo a relação das empresas credenciadas:

NOME: L C SILVA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA
CNPJ: 60.595.488/0001-98

NOME: MR SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA
CNPJ: 61.599.404/0001-02

E por estar em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução nº 77 de 2023, do CICENOP e demais normas aplicáveis, autorizo a publicação do resultado desse julgamento no sítio eletrônico do CICENOP, Jornal Tribuna de Cianorte e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a celebração da referida contratação.
Cianorte, 14 de Agosto de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO

Presidente

Original assinado no processo



CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.cicenop.com.br

HOMOLOGAÇÃO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ - CICENOP, por meio da Comissão Especial de Credenciamento, avaliou os documentos apresentados nos termos do Edital de Chamada Pública para Credenciamento n. 03/2024 e no exercício de suas atribuições, com base no Processo de Inexigibilidade nº 05/2024, cujo objeto é: Contratação de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de saúde e correlatos para fornecimento de consultas especializadas, cirurgias, médicos generalistas apenas para plantões, sessões, exames especializados, procedimentos, órteses, próteses e meios de locomoção, (OPM), bolsas de colostomia/ileostomia, para a população dos municípios consorciados através do Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná - CICENOP, os quais serão prestados nos laboratórios, consultórios próprios dos prestadores ou nos ambulatórios do CICENOP conforme edital de credenciamento 03/2024, para a contratação torna público a lista de empresas credenciadas no Processo Administrativo Nº 41.79/2024. Segue abaixo a relação das empresas credenciadas:

NOME: CLÍNICA MÉDICA A. R. LTDA
CNPJ: 57.048.642/0001-88

NOME: CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO DEBORA CRISTINA GOTTERT BONATO LTDA
CNPJ: 40.537.713/0001-03

NOME: CLÍNICA MÉDICA JEFFERSON APARECIDO DA SILVA LTDA
CNPJ: 52.890.943/0001-30

E por estar em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e Resolução nº 77 de 2023, do CICENOP e demais normas aplicáveis, autorizo a publicação do resultado desse julgamento no sítio eletrônico do CICENOP, Jornal Tribuna de Cianorte e/ou no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como a celebração da referida contratação.
Cianorte, 24 de Abril de 2025.

MARCO ANTONIO FRANZATO

Presidente

Original assinado no processo



CICENOP
Consórcio Público Intermunicipal do Centro Noroeste do Paraná
CNPJ: 01.178.931/0001-47
www.cicenop.com.br

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO

CONTRATO DE LOCAÇÃO N.º 06/2025

PARTES: CONSORCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DO CENTRO NOROESTE DO PARANÁ- CICENOP, com sede na Rua Piratiniaga, 63, centro, na cidade de Cianorte, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 01.178.931/0001-47, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Marco Antonio Franzato, e a pessoa física Sr. JAYR DEMORI, portador da cédula de identidade RG nº 880199-1 inscrito no CPF 203.959.309-87, residente e domiciliado na Rod. Cit Vdg – a 98 A, rural, CEP 87212-899, Cianorte – PR.

OBJETO: Locação do imóvel localizado na Rua Tiradentes, nº 84, Cianorte-PR, correspondente ao lote nº 0018, anexado aos lotes 69 e 69-A, da quadra nº 69, com área total de 588,70 m².

FUNDAMENTO LEGAL: O contrato decorre do processo de licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação nº 04/2025.

VALOR MENSAL: R\$ 4.000,00 (Quatro mil reais), perfazendo o valor anual de R\$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO: Será de 12 (doze) meses: contado a partir da data de assinatura do contrato juntamente com a entrega das chaves.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.001.10.301.0001.2.001.33.90.39.00.00 – Fonte: 1001.

DATA DA ASSINATURA: 13 de Agosto de 2025.

Marco Antonio Franzato

Presidente

Original assinado no processo



MUNICÍPIO DE SÃO MANOEL DO PARANÁ
Estado do Paraná
Praça Paraná, 50 - Fone/Fax (044) 3644-2124, 3644-2125, 3644-2120 e 3644-2178
Site: www.sao-manoeildoparana.pr.gov.br e-mail: compras@sao-manoeildoparana.pr.gov.br
CEP 87.215-000 - São Manoel do Paraná - Paraná
C N P J - 80.909.617/0001-63

DECRETO Nº. 225/2025

Dispõe sobre a designação da Comissão Avaliadora de Estágio Probatório dos servidores do Município de São Manoel do Paraná.

VITOR HUGO RODRIGUES, Prefeito Municipal de São Manoel do Paraná Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o disposto nos artigos 11 e 12 da Lei Municipal nº 18/2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, para cada servidor em estágio probatório, uma Comissão Avaliadora de Estágio Probatório, responsável por planejar, acompanhar e executar o processo de avaliação, nos termos da Lei Municipal nº 18/2025.

Art. 2º A composição da Comissão Avaliadora observará o disposto no art. 11 da Lei Municipal nº 18/2025, sendo integrada por:

I – 01 (um) servidor ocupante de cargo efetivo da área administrativa;

II – 01 (um) servidor ocupante de cargo efetivo da mesma área ou equivalente ao avaliado, quando possível;

III – 01 (um) servidor que exerça a chefia imediata do avaliado.

§ 1º A designação dos membros da Comissão Avaliadora dar-se-á por portaria expedida pelo Chefe do Poder Executivo, específica para cada servidor avaliado, conforme sua lotação e área de atuação.

§ 2º Nas hipóteses em que o servidor em estágio probatório estiver lotado em secretaria ou setor cujas atribuições exijam conhecimentos técnicos específicos, a escolha dos membros deverá priorizar profissionais com experiência ou formação compatível com as funções desempenhadas pelo avaliado.

Art. 3º Compete à Comissão Avaliadora:

I – Planejar, acompanhar e executar o processo de avaliação;

II – Analisar as informações prestadas pela chefia imediata;

III – Realizar entrevistas, visitas técnicas, reuniões ou outros meios para subsidiar a avaliação;

IV – Emitir Pareceres Parciais a cada 6 (seis) meses e Parecer Final ao término do período avaliativo;

V – Garantir ao avaliado o contraditório, a ampla defesa e o acompanhamento do processo;

VI – Zelar pelo fiel cumprimento da Lei Municipal nº 18/2025 e demais normas aplicáveis.

Art. 4º A Comissão Avaliadora atuará com imparcialidade, observando critérios objetivos e indicadores previamente definidos, assegurando ao servidor avaliado todas as garantias legais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o decreto 138/2023 de 03 de julho de 2023.

Paço Municipal "13 de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 14 de agosto de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES

Prefeito Municipal

(assinado no original)

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 101/2025 - PMSMP

O Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Paraná, nº 50, devidamente inscrita no CNPJ nº 80.909.617/0001-63, torna público o procedimento administrativo referente ao processo licitatório Pregão na forma Eletrônica Sistema Registro de Preços nº 34/2025 - PMSMP. Data da assinatura da Ata de Registro de Preços: 06 de agosto de 2025.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SÃO MANOEL DO PARANÁ. Licitante: GRACIANO E MORAES LTDA, pessoa jurídica devidamente inscrita no CNPJ sob nº 34.131.264/0001-04, sediada na Praça Rui Barbosa, nº 125, Centro, Telefone: (44) 99994-8256, CEP: 87.750-000, no município de Alto Paraná/PR.

Valor total: R\$ 1.605,35 (um mil e seiscentos e cinco reais e trinta e cinco centavos).

GRACIANO E MORAES LTDA		Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
90	1		FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS	Tetcon		UN	100,00	24,69	370,35
115	1		FILTRO DE LINHA COM 6 TOMADAS			UN	50,00	24,70	1.235,00
			LUMINÁRIA DE LED MODELO PLAFON 252 6000K CORPO EM ALUMINIO DE SOBREPOR	Maxxy		UN	50,00	24,70	1.235,00
			LUMINÁRIA DE LED MODELO PLAFON 252 6000K CORPO EM ALUMINIO DE SOBREPOR			UN	50,00	24,70	1.235,00
TOTAL									1.605,35

Paço Municipal "Treze de Setembro" de São Manoel do Paraná, em 14 de agosto de 2025.

VITOR HUGO RODRIGUES

Prefeito Municipal

(Original assinado)

Extrato da Ata de Registro de Preços nº 107/2025 - PMSMP

O Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede à Praça Paraná, nº 50, devidamente inscrit

AVISO DE EDITAL

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50-2025 – PMJ

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO DO PARANÁ

CONFORME DECRETO Nº 7020/2025

O Município de JUSSARA/PR torna público para conhecimento dos interessados, a realização de Licitação no dia 27 de agosto de 2025, às 09:00 hrs, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP – VIA SITE – BOLSA NACIONAL DE COMPRAS – BNC – <https://www.bnc.org.br> (acesso identificado), conforme abaixo relacionado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS PARA O POSTO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA Nº 545/2024.

Valor Global Máximo Estimado: R\$ 126.413,48 (cento e vinte e seis mil, quatrocentos e treze reais e quarenta e oito centavos).

A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço Av. Princesa Isabel, nº 320, prédio da Prefeitura Municipal de Jussara, no horário das 08:30 hrs às 11:30 hrs e das 13:30 hrs às 17:00 hrs. A retirada do edital deve ser feita no mesmo endereço e horários supracitados, podendo ainda ser acessado pelo site www.jussara.pr.gov.br, link Portal da Transparência. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos, deverão ser dirigidos ao Núcleo de Apoio à Comissão Permanente de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo telefone/fax (44) 3628-1212, ou "e-mail": licitacao@jussara.pr.gov.br.

Paço Municipal de Jussara, em 14 de agosto de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212
CEP 87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 042-2025-PMJ

Tramitada todas as fases do Pregão, bem como exaurido qualquer fase recursal, e não tendo recursos pendentes de apreciação, conforme preceitua o [Art. 71, Inciso IV da Lei 14.133-21](#), torno público a **HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO** do objeto FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR A SER OFERTADA AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE JUSSARA, a favor das empresas:

- SUPERMERCADO ROMERO LTDA, CNPJ nº 26.087.017/0001-11, valor total homologado: R\$ 357.215,19 (trezentos e cinquenta e sete mil, duzentos e quinze reais e dezenove centavos).

- E O GOLDIN & CIA LTDA, CNPJ nº 37.100.366/0001-42, valor total homologado: R\$ 333.447,40 (trezentos e trinta e três mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos).

- MERCADO UNIÃO JUSSARA LTDA, CNPJ nº 27.675.554/0001-45, valor total homologado: R\$ 349.673,45 (trezentos e quarenta e nove mil, seiscentos e setenta e três reais e quarenta e cinco centavos).

- RENAN ROMAGNOLI & CIA LTDA ME, CNPJ nº 13.337.974/0001-07, valor total homologado: R\$ 369.057,00 (trezentos e sessenta e nove mil, cinquenta e sete reais).

- PANIFICADORA SECHINI LTDA - ME, CNPJ nº 72.472.590/0001-66, valor total homologado: R\$ 108.810,00 (cento e oito mil, oitocentos e dez reais).

- POLO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS, CNPJ nº 58.329.006/0001-97, valor total homologado: R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais).

Valor total homologado: R\$ 1.540.703,04 (um milhão, quinhentos e quarenta mil, setecentos e três reais e quatro centavos).

Jussara-PR, 13 de agosto de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212
CEP 87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 062 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 039-2025. Homologado em 13-08-2025.

Objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE OXIGÊNIO MEDICINAL, COM CESSÃO DE CILINDROS EM REGIME DE COMODATO, DESTINADOS AO SETOR DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUSSARA.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: F.C DE PAULA & CIA. LTDA, CNPJ: 05.084.081/0001-79

Valor total: R\$ 59.999,80 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta centavos).

Paço Municipal, 14 de agosto de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212 CEP
87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

COMUNICADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

O Agente de Contratação, na forma firmada em lei, vem apresentar os valores obtidos pelas cotações prévias, bem como, as Manifestações de Interesses recebidos no curso do Processo Administração Licitatório nº 86-2025, Dispensa de Licitação nº 21-2025, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria, mentoria e acompanhamento remoto para a inserção de dados referentes às fases 1 a 4 do Sistema SIAP Admissão, no âmbito do Processo Seletivo Simplificado (PSS) nº 001/2025 da Prefeitura Municipal de Jussara.

1ª – COLOCADA - D R OLIVEIRA CONSULTORIA – VALOR GLOBAL R\$: 3.700,00 (TRÊS MIL E SETECENTOS REAIS)

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que o melhor valor obtido foi da empresa D R OLIVEIRA CONSULTORIA - CNPJ: 29.815.778/0001-30

O orçamento Prévio meramente consultivo com 3 orçamentos, e as propostas recebidas está anexado no portal da transparência.

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que a empresa D R OLIVEIRA CONSULTORIA, tem o prazo de 48 horas para apresentação dos documentos abaixo, afim de homologação e contratação:

- CARTÃO CNPJ
- CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES SE FOR O CASO
- DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL
- DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO
- CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL/INSS
- CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
- CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

Os documentos serão enviados no e-mail oficial, qual seja: licitacao@jussara.pr.gov.br

Jussara, 14 de julho de 2025.

VANESSA V DE OLIVEIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212 CEP
87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

COMUNICADO DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS VÁLIDAS

O Agente de Contratação, na forma firmada em lei, vem apresentar os valores obtidos pelas cotações prévias, bem como, as Manifestações de Interesses recebidos no curso do Processo Administração Licitatório nº 85-2025, Dispensa de Licitação nº 20-2025, que tem por objeto a aquisição de 01 (um) notebook com processador de alto desempenho, destinado a atender às necessidades do setor de planejamento.

1ª – COLOCADA - EN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME – VALOR GLOBAL R\$: 14.900,00 (QUATORZE MIL E NOVECENTOS REAIS)

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que o melhor valor obtido foi da empresa EN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA- ME - CNPJ: 04.001.066/0001-57

O orçamento Prévio meramente consultivo com 3 orçamentos, e as propostas recebidas está anexado no portal da transparência.

Sendo assim, comunica o Agente de Contratação que a empresa EN SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA – ME, tem o prazo de 48 horas para apresentação dos documentos abaixo, afim de homologação e contratação:

- CARTÃO CNPJ
- CONTRATO SOCIAL E ALTERAÇÕES SE FOR O CASO
- DOCUMENTOS PESSOAIS DO REPRESENTANTE LEGAL
- DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO
- CERTIDÃO NEGATIVA MUNICIPAL
- CERTIDÃO NEGATIVA ESTADUAL
- CERTIDÃO NEGATIVA FEDERAL/INSS
- CERTIDÃO NEGATIVA FGTS
- CERTIDÃO NEGATIVA TRABALHISTA
- CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA

Os documentos serão enviados no e-mail oficial, qual seja: licitacao@jussara.pr.gov.br

Jussara, 14 de agosto de 2025.

VANESSA V DE OLIVEIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212
CEP 87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 061 -2025

O Município de Jussara, através da divisão de Licitações, torna público o procedimento administrativo denominado Registro de Preço realizado por este Município mediante Pregão Eletrônico SRP sob nº 041-2025. Homologado em 13-08-2025.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E CONTROLES DE PRAGAS URBANAS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS PERTENCENTES A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Prazo da ata de Registro de Preço: 12 meses a partir da sua assinatura.

Fornecedor: D.E. NALIM NOGUEIRA - DETETIZADORA NOGUEIRA, CNPJ: 09.290.112/0001-07

Valor total: R\$ 405.069,04 (quatrocentos e cinco mil, sessenta e nove reais e quatro centavos).

Paço Municipal, 14 de agosto de 2025.

MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: trabalhoefamilia@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7194/2025

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
1027	10	003	1030100092034	00494	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.32	10.000,00
TOTAL							10.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
0999	10	003	1030100092034	00494	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.1.90.11	10.000,00
TOTAL							10.000,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2025 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 14 de Agosto de 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
CONTABILIDADE
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: contabilidade@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUSSARA
TRABALHO & FAMÍLIA
Av. Princesa Isabel, nº 320
CEP: 87.230-000
E-mail: trabalhoefamilia@jussara.pr.gov.br
CNPJ: 75.789.552/0001-20

DECRETO 7193/2025

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR”

O Prefeito do Município de Jussara - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente no contido na Lei Municipal n.º 1.967 de 19/12/2024.

DECRETA

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

Des	Org	Unid	Funcional Progr	Fonte	Nomenclatura	Cat. Eco	Valor
1423	10	003	1030100092034	31982	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30	30.000,00
1424	10	003	1030100092034	31982	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.39	30.000,00
1425	10	003	1030100092034	31981	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.30	30.000,00
1426	10	003	1030100092034	31981	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.32	20.000,00
1427	10	003	1030100092034	31981	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	3.3.90.39	80.000,00
TOTAL							250.000,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação, conforme preceitua o Inciso I, do Parágrafo Único, do Art. 5º da Lei Municipal nº 1.967/2024, de 19 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA), da seguinte Fonte de Recurso:

Fonte	Nomenclatura	Valor (Em R\$)
31981 Emenda Individual nº 40340002-Incremento PAP - Luiz Coutinho - Portaria 7466-2025		150.000,00
31982 Emenda Individual nº 20380010-Incremento PAP - Flavio Arns - Portaria 7466-2025		100.000,00
TOTAL		250.000,00

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado, a alterar as referidas dotações orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual – LOA/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO/2025 e no Plano Plurianual – PPA 2022/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Romildo Rufato.
Jussara, 14 de agosto de 2025.

Original Assinado
MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUSSARA
ESTADO DO PARANÁ
Av. Princesa Isabel n.º 320 - tel.: 044-3628-1212
CEP 87.230-000 – C.N.P.J. 75.789.552/0001-20

AVISO DE ABERTURA DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

O Prefeito Municipal de Jussara, Estado do Paraná, Sr. MOACIR LUIZ PEREIRA VALENTINI, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO, conforme processo Administrativo nº 89/2025, com base no Art. 75, II, da Lei Federal 14.133-21, a DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 022/2025.

Fundamento Legal: Art. 75, II, da Lei Federal 14.133-21.
























Objeto: aquisição de linhas telefônicas móveis com plano pós pago e pacote de dados inclusos, com fornecimento de chip, para atender aos diversos setores da Administração Municipal. será feito através da modalidade de DISPENSA, tipo MENOR PREÇO GLOBAL, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
01	A aquisição de 25 linhas telefônicas com plano pós-pago e pacote incluso, com chip e cobertura conforme abaixo: <ul style="list-style-type: none">Internet: Mínimo 13 GB por mês.Ligações: Ilimitadas.WhatsApp: Ilimitado.SMS: Ilimitado.	Meses	12	875,00	10.500,00

Prazo de entrega: Conforme consta no Termo de Referência em anexo.
Menor preço obtido: R\$ 10.500,00 (Dez mil e quinhentos reais)

Dotações Orçamentárias:

- 0007 - 02.001.04.122.0002.2.001.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0011 - 02.001.04.122.0002.2.001.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0086 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 00510 - Material de Consumo
- 0086 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 00511 - Material de Consumo
- 0090 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 1290 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 03511 - Material de Consumo
- 0095 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 00510 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0096 - 03.001.04.122.0006.2.005.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0284 - 05.005.15.452.0003.2.012.3.3.90.30.00.00 - 00511 - Material de Consumo
- 0286 - 05.005.15.452.0003.2.012.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0287 - 05.005.15.452.0003.2.012.3.3.90.30.00.00 - 02002 - Material de Consumo
- 0273 - 05.005.15.452.0003.2.012.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0300 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Material de Consumo
- 0301 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Material de Consumo
- 0302 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0311 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0312 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0313 - 06.001.12.122.0010.2.013.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0350 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Material de Consumo
- 0351 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Material de Consumo
- 0352 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0371 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0372 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0373 - 06.002.12.361.0010.2.014.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0545 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Material de Consumo
- 0546 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Material de Consumo
- 0547 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0559 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 00103 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0560 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 00104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0561 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 1303 - 06.006.12.782.0016.2.018.3.3.90.30.00.00 - 03104 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0632 - 06.010.12.782.0016.2.042.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Material de Consumo
- 0637 - 06.010.12.782.0016.2.042.3.3.90.30.00.00 - 01000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
- 0680 - 07.004.0

<div><div></div><div><div>SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE</div><div>Rua Mariana Figue, (Dua) 3607-1785</div><div>E-Mail: educacao@cm@gmail.com</div><div>CEP 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ</div></div></div> <div><div>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 005/2025-SME</div><div>Orienta a aplicação das Avaliações Diagnósticas Municipais, de Recuperação e Avaliações Externas com foco na recuperação aos alunos da rede municipal de ensino e das outras providências.</div><div>A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte no uso das suas atribuições legais e:CONSIDERANDO:</div><div>A necessidade da coleta de informações significativas sobre a aprendizagem dos alunos da Rede Municipal de Ensino;</div><div>A utilização de instrumentos que subsidiem a análise dos resultados da aprendizagem;</div><div>A necessidade de avaliar as habilidades adquiridas pelos alunos de acordo com a Base Nacional Comum Curricular- BNCC (BRASIL, 2018) e juntamente com o Referencial Curricular do Paraná-RCPFR (PARANÁ, 2021), e, ainda</div><div>O inciso IV do Artigo 13 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece Diretrizes e Bases para Educação Nacional (LOBEN);</div><div>Instrui:</div><div>Capítulo I</div><div>Das Disposições Preliminares</div><div>Art. 1º Visando o permanente mapeamento das habilidades e a adoção de instrumentos de acompanhamento e monitoramento do processo de ensino e aprendizagem, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de São Tomé, estabelece os modelos de Avaliações Diagnósticas a serem aplicadas com os estudantes do ensino fundamental anos iniciais da Rede Municipal de Ensino durante o ano letivo, buscando o conhecimento da trajetória de aprendizagem e comportamento dos estudantes, colaborando para a eliminação da desigualdade de aprendizado, do abandono e da evasão escolar.</div><div>Com objetivo de identificar o nível de aprendizagem dos estudantes, mapear competências e habilidades desenvolvidas, subsidiar o planejamento pedagógico, promover as intervenções pedagógicas assertivas, diagnosticar defasagens de</div></div>	<div><div></div><div><div>Capítulo II</div><div>Da Avaliação Diagnóstica da Rede Municipal</div></div></div> <div><div>Art. 2º A Avaliação Diagnóstica constitui-se numa avaliação de larga escala, a ser aplicada no Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, em todas as Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino de São Tomé.</div><div>Art. 3º A Avaliação Diagnóstica do Ensino Fundamental Anos Iniciais será realizada por meio das seguintes etapas:</div><div>I Os modelos de Avaliação disponibilizada por meio da Plataforma Criança Alfabetizada de Avaliações Diagnósticas e Formativas CAED/MEC. A etapa deverá ser aplicada seguindo um calendário.</div><div>II A Avaliação Diagnóstica será pautada na BNCC, no Referencial Curricular do Paraná, abrangendo os seguintes componentes curriculares para o Ensino Fundamental: Língua Portuguesa e Matemática;</div><div>III Sondagem da hipótese da escrita, para todos os alunos do 1º e 2º ano do Ensino Fundamental anos iniciais;</div><div>IV Avaliação de Fluência Leitora para todos os alunos do 2º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais;</div><div>V Avaliações internas trimestrais, aplicadas pelo professor regente da unidade escolar (Diagnósticas, Formativas e Somativas);</div><div>VI A Prova Paraná (avaliação externa) elaborada pela Secretaria de Estado da Educação e do Esporte-SEED, abrangendo as áreas de Língagens e Matemática também será utilizada para o levantamento dos níveis de aprendizagem de cada educando e análise e intervenção de habilidades que apresentem uma maior defasagem;</div><div>VII Avaliações externas-SAEP e/ou SAEB-para os alunos do 2º ano (Prova Paraná,</div></div>	<div><div></div><div><div>Prova Paraná Mais e Avaliação de Fluência Leitora) e/ ou SAEB- para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática.</div><div>Parágrafo Único. Para a Educação Infantil as avaliações se dá de forma contínua e serão realizadas pelos professores durante o ano letivo, nesta avaliação serão utilizados os campos de experiências (o Eu, o Outro e o Nós / Corpo, Gestos e Movimentos / Traços, Sons, Cores e Formas / Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação / Espaço, Tempo, Quantidades / Relações e Transformações) saberes e conhecimentos postados na BNCC, por meio de relatórios descritivos individualizados de cada educando.</div><div>O processo de aprendizagem dos alunos também serão realizados de forma individualizada durante todo o ano letivo.</div></div><div><div>Capítulo III</div><div>Da Avaliação Diagnóstica e Formativa da Plataforma CAED/MEC</div></div><div><div>Art. 4º A Avaliação Diagnóstica e Formativa realizada por meio da Plataforma Criança Alfabetizada de Avaliações Diagnósticas e Formativas CAED/MEC será aplicada para os alunos do 1º ao 5º ano. Serão pautadas em questões do componente curricular (Língua Portuguesa e Matemática) e de fluência para os alunos do 2º ano do ensino fundamental anos iniciais.</div><div>Art. 5º A Unidade Educacional receberá os modelos de avaliação de Língua Portuguesa e de Matemática e de Fluência na Plataforma com acesso no site: https://criancaalfabetizada.caeddigital.net/#/minhapagina.</div><div>Art. 6º O professor regente da turma fará seu cadastro no site do Avaliações Criança Alfabetizada e em seguida realizará o cadastro de seus alunos.</div><div>Art.7º A reprodução e distribuição das avaliações e das folhas de respostas serão de responsabilidade das instituições de ensino, conforme cronograma definido pelo Programa. A correção e lançamento da resposta no site de cada avaliação será realizada pelo professor regente.</div><div>Os resultados são detalhados por níveis de aprendizagem e por percentual de acertos em cada habilidade avaliada.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>equipe pedagógica em parceria com a equipe da Secretaria da Educação, conforme as orientações para a aplicação fornecidas pela assessoria do Ensino Fundamental da SME. A Avaliação Diagnóstica contará com material, análise dos dados de todas as escolas, resultados por habilidades e níveis de forma individualizada.</div><div>Art. 9º Os resultados das Avaliações Diagnósticas serão disponibilizados para os diretores, equipe pedagógica e professores. Será realizada a análise dos resultados e o desenvolvimento de ações pedagógicas para suprir as defasagens apresentadas pelos estudantes da rede.</div><div>Deverá ocorrer intervenções nas turmas que apontarem dificuldades no processo de ensino e aprendizagem, e um apoio individualizado para os alunos que demonstrarem um desempenho muito abaixo do esperado.</div><div>Caso se julgue necessário, após as intervenções realizadas pelo professor e equipe pedagógica, o aluno deverá ser encaminhado para intervenções da equipe Multidisciplinar.</div><div>Art. 10 Caberá ao Diretor da Unidade Educacional adotar as providências necessárias para o êxito de cada aplicação, correção e análise dos resultados da Avaliação Diagnóstica, especialmente, no que se refere a:</div><div>I - organização dos espaços e horários de aplicação da prova;</div><div>II - garantia de que os alunos tenham os materiais escolares apropriados;</div><div>III - ampla divulgação do evento a toda comunidade escolar;</div><div>IV - segurança e sigilo das provas que integram estas avaliações;</div><div>V - ampla divulgação da presente instrução, dos materiais de orientação para aplicação.</div><div>Art.11 Caberá à Equipe Pedagógica em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação a análise dos dados da Avaliação Diagnóstica da Plataforma Criança Alfabetizada a fim de realizar as devidas intervenções e orientações de forma conjunta.</div></div><div><div>Capítulo IV</div><div>Da Prova Paraná – Avaliação Diagnóstica Externa (DEDUC/SEED)</div></div></div>
<div><div></div><div><div>Art. 12 A Prova Paraná é aplicada todos os anos nas turmas de 5º ano do ensino fundamental – anos iniciais. Sendo fornecidos diagnósticos sobre o nível de apropriação dos conhecimentos habilidades considerados essenciais para a seriação de ensino em que os estudantes se encontram, além de subsidiar todos os professores, as equipes gestoras e pedagógicas na organização de ações e estratégias que contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.</div><div>Art. 13 A aplicação ocorre no ano letivo em datas definidas pela SEED. Sendo composto por cadernos de provas.</div><div>Art. 14 O lançamento das respostas é realizado pela equipe diretiva da instituição por meio de instrução do NHE.</div><div>Art. 15 Os resultados de todas as instituições de ensino municipal da cidade de São Tomé é fornecida pelo Sistema BI, no qual apresenta o resultado individual de cada aluno, turma e escola.</div><div>Art. 16 A análise e intervenção acontece por meio de orientações do Núcleo Regional e reuniões realizadas com as coordenadoras pedagógicas e Diretores de cada instituição de ensino.</div><div>Os Guias Pedagógicos são encaminhados para serem utilizados pelos professores e orientadoras como instrumento de preparo para a avaliação.</div></div><div><div>Capítulo V</div><div>Da Avaliação Trimestral e de Recuperação do Ensino Fundamental dos Anos Iniciais</div></div><div><div>Art. 17 A Avaliação Processual deverá seguir todos os procedimentos assegurados na legislação que a fundamenta. Sendo diagnóstica, processual, cumulativa, formativa e dinâmica evidenciando o processo ensino e aprendizagem e como investigação da prática pedagógica.</div><div>A avaliação utilizará técnicas e instrumentos diversificados para incidir sobre o desempenho do aluno em diferentes situações de aprendizagem.</div><div>Constituído numa avaliação periódica, a ser aplicada durante cada trimestre</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Art. 18 No 1º e 2º anos do Ciclo de Alfabetização, a avaliação do rendimento escolar dos estudantes será contínua, diagnóstica e cumulativa sendo registrada em forma de Parecer Descritivo Semestral, onde o professor estará relatando a forma como os conteúdos foram apropriados pelos estudantes. Entretanto será exigida a frequência mínima de 75% do total de horas letivas para a aprovação. Nos 3º, 4º e 5º anos com organização seriada, a avaliação do rendimento escolar exigirá para aprovação a frequência igual ou superior a 75% do total da carga horária do período letivo e média anual igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), resultante da média aritmética dos trimestres, sendo uma somatória, onde serão atribuídos valores: Um trabalho - valor 4,0, uma avaliação - valor 6,0, resultando, assim, num total 10,0. Todavia, podendo ser subdivididos em mais de uma avaliação ou trabalho, atingindo a média 10,0.</div></div><div><div>Art. 19 A Avaliação de Recuperação deverá ser realizada quando é diagnosticado um rendimento do aluno inferior a 6,0, porém anteriormente é necessário que o professor retome o conteúdo em sala.</div><div>A Recomposição da Aprendizagem é para os estudantes de baixo rendimento escolar, tanto nas turmas do Ciclo de Alfabetização (1º e 2º anos) quanto nas turmas de organização seriada (3º, 4º e 5º anos) serão proporcionadas de forma imediata, Recomposição da Aprendizagem, concomitante no decorrer do ano letivo.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>A Recomposição da Aprendizagem será planejada, constituindo-se num conjunto integrado ao processo de ensino, além de se adequar às dificuldades dos estudantes.</div><div>Na Recomposição da Aprendizagem o professor considera a aprendizagem do estudante no decorrer do processo e, para aferição do trimestre , entre a nota da Avaliação e a recuperação, prevalecerá sempre a maior.</div><div>O Conselho de Classe deverá levar os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem a refletir e discutir ações para as possíveis intervenções, visando a melhoria e qualidade do ensino, tendo como resultado uma boa aprendizagem dos alunos.</div><div>O Conselho de Classe acontecerá antes do fechamento da nota trimestral, sendo realizada uma reunião com a Equipe Pedagógica de forma conjunta com os professores da turma, para avaliar a situação de cada aluno, analisando as necessidades específicas de cada um e sua aprendizagem, possibilitando a solução para possíveis problemas.</div></div><div><div>Capítulo VI</div><div>Da Oferta de Apoio e Recomposição da Aprendizagem</div></div><div><div>Art.20 Caberá a Secretaria da Educação, Cultura e Esporte implementar o sistema pedagógico estruturado para o Ensino Fundamental Anos Iniciais da seguinte forma:</div><div>I. Assessoramento Pedagógico juntamente com a Equipe pedagógica de cada unidade escolar municipal;</div><div>II. Apostilas de leitura e interpretação para os alunos do 1º e 2º ano;</div><div>III. Monitoramento da utilização dos livros do Educa Juntos da disciplina de Português e Matemática;</div><div>IV. Monitoramento do Cantinho da Leitura;</div><div>V. Ações integradas ao Articulador Municipal RENALFA;</div><div>VI. Formação continuada e capacitação de docentes;</div><div>VII. Avaliação e análises dos resultados de aprendizagem para alunos;</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Art. 21 A Secretaria da Educação, Cultura e Esporte manterá a Adesão ao Programa Educa Juntos pela SME. O Programa é instituído pelo Decreto Governamental nº 5857, de 05 de outubro de 2020, uma parceria entre o Governo do Estado do Paraná e as Prefeituras Municipais, por meio da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEED) e das Secretarias Municipais de Educação (SMEs), promovendo ações colaborativas na educação, utilização de material didático pelos alunos, a fim de contribuir para melhoria da qualidade da oferta do ensino a todos os estudantes das redes públicas de ensino do Paraná.</div><div>Art. 22 São objetivos do Programa Educa Juntos:</div><div>I - Promover educação de qualidade para os estudantes da rede pública por meio de ações conjuntas com os municípios.</div><div>II - Fortalecer o regime de colaboração entre Estado e Municípios para superar a fragmentação das políticas públicas educacionais com vistas ao pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.</div><div>III - Priorizar a melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental da rede pública de ensino, propondo práticas pedagógicas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo ao longo de todas as etapas da Educação Básica, com ênfase na transição do 5º para o 6º ano do ensino fundamental.</div><div>IV- Promover medidas que assegurem a integração das etapas da Educação Básica para evitar a ruptura no processo educacional do estudante, garantindo-lhe a autonomia e o desenvolvimento integral.</div><div>V- Ofertar formação continuada aos profissionais de educação das redes municipais de ensino, como processo permanente e constante de aperfeiçoamento da prática pedagógica, assegurando um ensino de qualidade aos estudantes da rede pública.</div><div>VI- Disponibilizar material de apoio pedagógico e o Sistema de Avaliação da Educação Básica-SAEP para as redes municipais de ensino.</div><div>VII - Compartilhar práticas inovadoras e estratégias relacionadas à gestão da educação com as redes municipais de ensino.</div></div></div>
<div><div></div><div><div>Art. 23 A Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, manterá a Adesão ao Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O Compromisso em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, atinge, por meio da conjugação dos esforços, garantir o direito à alfabetização de todas as crianças do País. O objetivo central é assegurar que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental, além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização de 100% das crianças matriculadas no 3º, 4º e 5º anos afetadas pela pandemia.</div></div><div><div>Art. 24 São Princípios do Programa Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:</div><div>I - a colaboração entre os entes federativos, observado o disposto no art. 211 da Constituição;</div><div>II - o fortalecimento das formas de cooperação previstas no inciso II do caputo, art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;</div><div>III - a garantia do direito à alfabetização como elemento estruturante para a construção de trajetórias escolares bem sucedidas;</div><div>IV - a promoção da equidade educacional, considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;</div><div>V - o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;</div><div>VI - o respeito à liberdade, a promoção da tolerância, o reconhecimento e a valorização da diversidade;</div><div>VII - a valorização e o compromisso com a diversidade étnico-racial e regional;</div><div>VIII- o respeito à autonomia pedagógica do professor e das instituições de ensino;</div><div>IX- a valorização dos profissionais da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental.</div></div><div><div>Art. 25 A Secretaria da Educação, Cultura e Esporte manterá a contratação de estagiários por meio de seleção de currículos encaminhados a Secretaria de Educação, Cultura e Esporte (SME) de São Tomé.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Art. 26 Situações não previstas na respectiva Instrução até sua data de publicação, serão devidamente analisadas e resolvidas por esta Secretaria, respeitando os aspectos legais do processo.</div><div>Art. 27 A Instrução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.</div></div><div><div>Capítulo VII</div><div>Das Disposições Finais</div></div><div><div>São Tomé, 13 de agosto de 2025</div><div>Aline Cocci de Souza Ceicento</div><div>SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Dispõe sobre as ações para Recomposição de Aprendizagens dos alunos dos anos iniciais da rede municipal de ensino de São Tomé - PR. Instrução Normativa Conjunta n.º 003/2025 - DEDUC/DPE/SEED.</div></div><div><div>RETIFICADA que dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2025.</div></div><div><div>A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO:</div><div>a Lei Federal nº 5.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nos arts. 12 e 13.</div><div>a Resolução CNE/CEB n.º 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica;</div><div>a Política Nacional para Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica foi instituída pelo Decreto Nº 11.013, de 23 de maio de 2022.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>a Instrução Normativa Conjunta nº 001/2025 - DEDUC/DPE/SEED - RETIFICADA que dispõe sobre a Matriz Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da Rede Pública Estadual de Ensino do Paraná a partir do ano letivo de 2025;</div></div><div><div>O Decreto n.º 12.391, de 28 de fevereiro de 2025, que institui o Pacto Nacional pela Recomposição das Aprendizagens, constituído-se também como política pública construída de forma colaborativa pelo Ministério da Educação (MEC) com os entes nacionais, representados pelo Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime);</div></div><div><div>INSTRUI</div><div>DISPOSIÇÕES GERAIS</div></div><div><div>Art 1ª A Secretaria Municipal de Educação estabelece orientações referente a ações para Recomposição das Aprendizagens, destinado a atender os/as alunos/as matriculados/as no Ensino Fundamental - Anos Iniciais da Rede Municipal de Ensino, de forma a garantir percursos de escolarização com equidade e garantir o direito a aprendizagem.</div><div>Art 2ª A Recomposição das Aprendizagens deverá ser desenvolvida de forma paralela e/ou em contraturno.</div><div>Art 3º Entende-se por recuperação paralela, a recomposição e retomada da aprendizagem, ofertada pelo professor com o apoio da equipe pedagógica, durante o período regular em que o aluno está matriculado.</div></div></div>
<div><div></div><div><div>Art. 24* Por recuperação em contraturno (Ampliação de Jornada Escolar), a recomposição e retomadas das aprendizagens ofertada em contrário ao que o aluno está matriculado, recebendo o atendimento e acompanhamento de professor nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.</div><div>Art. 25 As ações de Recomposição das Aprendizagens destina-se ao atendimento de alunos com defasagem de aprendizagem do 1º ao 5º ano, criando estratégias de atendimento diferenciados às suas necessidades, a partir das avaliações diagnósticas e do acompanhamento pedagógico.</div><div>Art. 26 A recomposição das aprendizagens busca a construção de conhecimentos que ajudem a desenvolver competências e habilidades de acordo com o ano escolar em que os alunos estão matriculados, sanando as garantir defasagens educacionais apresentadas pelo alunos.</div><div>Art. 27 Para recompor, é preciso compreender o ponto de partida de cada aluno, por meio de avaliações diagnósticas que ajude na priorização de conteúdos curriculares, e reorganizar o percurso da aprendizagem com um planejamento consistente e articulado das ações organizadas entre a secretaria de educação e suas escolas.</div></div><div><div>RECUPERAÇÃO PARALELA</div></div><div><div>Art. 28 A recuperação paralela dar-se-á durante o processo de ensino-aprendizagem no turno de matrícula do aluno, com ênfase aos estudantes de baixo rendimento escolar, devendo oportunizar apropriação dos conhecimentos básicos, possibilitando superação do seu rendimento escolar, com atividades significativas, por meio de procedimentos didático-metodológicos diversificados que priorizam a aprendizagem dos conteúdos.</div><div>Art. 29 A ação de recomposição da aprendizagem denominada de Recuperação Paralela iniciar-se-á com a avaliação diagnóstica, sendo esta um instrumento pedagógico que tem por objetivo identificar as defasagens/dificuldades de</div></div></div>	<div><div></div><div><div>§ 1º A avaliação diagnóstica deverá ser elaborada e aplicada pelo professor, com acompanhamento da equipe pedagógica escolar e/ ou Secretaria Municipal de Educação.</div><div>§ 2º O professor fará registro dos resultados obtidos a fim de garantir subsídios de análise e monitoramento dos processos de ensino e aprendizagem com acompanhamento da equipe pedagógica escolar e da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.</div><div>§ 3º A partir dos resultados das avaliações diagnósticas, o professor verificará os conteúdos em que os alunos da turma apresentam dificuldades, sendo estes prioritários para a elaboração do planejamento e juntamente com a equipe pedagógica escolar, definirá ações de recuperação de aprendizagem em sala de aula.</div><div>Parágrafo único: A recuperação paralela pode ocorrer ainda, em espaço organizado pela instituição de ensino, com outro profissional que faz parte do quadro funcional, conforme cronograma elaborado pela equipe pedagógica escolar, de acordo com as dificuldades/defasagens apresentadas pelos alunos.</div><div>Art. 10 Sugestão de ações que podem contribuir para o planejamento de estratégias de mediações pedagógicas e que devem ser consideradas de acordo com as condições de estrutura e possibilidades de implementação de cada rede.</div><div>I - Reagrupamento temporário de alunos: As ações para organizar o reagrupamento temporário de alunos, dentro das turmas de origem ou compoem novas turmas, devem considerar os diferentes níveis de aprendizagem que foram evidenciados por meio dos resultados das avaliações. A estratégia de reagrupamento possibilita um atendimento personalizado e mais próximo dos(as) alunos, com mediações pedagógicas direcionadas para superar as defasagens e promover a progressão das aprendizagens. O reagrupamento deve ser revisito e reorganizado de acordo com a análise dos próximos resultados de avaliação da aprendizagem</div><div>II - Diferenciação pedagógica: adotar estratégias de diferenciação</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Ação pedagógica enriquece a atuação docente e valoriza a participação ativa dos(as) alunos no processo de ensino-aprendizagem, fomentando sua autorregulação. São exemplos de boas estratégias: rotinas de aprendizagem que promovam conexões coerentes, incentivem a colaboração entre pares e estimulem a criatividade, a escuta e a reflexão sobre as respostas dos outros; alternância de atividades individuais e em grupos; observação e escuta dos(as) alunos durante as atividades; ajuste das atividades de acordo com o ritmo e tempo de aprendizagem dos(as) alunos.</div></div><div><div>RECUPERAÇÃO EM CONTRATURNO</div></div><div><div>Art.11 A ação educativa Recuperação em Contraturno, podendo ser contemplado na Ampliação de Jornada Escolar, sendo uma ação que tem por objetivo auxiliar no desempenho do aluno, melhorar sua aprendizagem, sanando as dificuldades apresentadas em relação aos conteúdos prioritários de Língua Portuguesa e Matemática.</div><div>Art. 12 Para realizar os encaminhamentos dos alunos para a Recuperação em Contraturno, podendo ser contemplado na Ampliação de Jornada Escolar, é indispensável o diagnóstico e o acompanhamento do professor regente e da equipe pedagógica escolar, assim como articulação com a família.</div><div>Art.13 A Recuperação em Contraturno, podendo ser contemplado na Ampliação de Jornada Escolar, será organizado em sala de aula para esta finalidade, sendo atendidos por professor pertencente ao quadro funcional da rede municipal, quando houver a possibilidade desta dispor do profissional e sala de aula disponível para atender a demanda.</div><div>Parágrafo único: Poderá ser realizada através de profissional com formação equiparada para exercer a docência nos anos iniciais do ensino fundamental,</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Além de vínculo como estagiária junto a Secretaria Municipal de Educação na ação educativa de Recuperação em Contraturno.</div><div>Art. 14 Na Ampliação de Jornada Escolar que já está prevista no Projeto-Político Pedagógico das escolas municipais, o professor deverá ser do quadro funcional do magistério e os alunos serão devidamente matriculados no SERE e deverá ser seguido o que está estabelecido no documento quanto ao tempo de aula, frequência escolar e avaliações, entre outras determinações.</div><div>Art.15 O trabalho pedagógico deve ser planejado de forma intencional, considerando as especificidades dos alunos, bem como o componente curricular em que o mesmo apresentar dificuldade, sendo que o professor/profissional deve elaborar um plano de ações individualizado.</div><div>Parágrafo único: O plano de ações individualizado deve contemplar os encaminhamentos metodológicos voltados às dificuldades apresentadas dos alunos, distintos daqueles propostos em sala de aula no período regular, com apoio de materiais didáticos e pedagógicos diferenciados.</div><div>Art. 16 A definição da carga horária da Recuperação em Contraturno será definida pela equipe gestora e pedagógica da escola, com assessoramento da equipe da Secretaria Municipal de Educação.</div></div><div><div>DAS ATRIBUIÇÕES</div></div><div><div>Art.17 Compete a equipe gestora e pedagógica</div><div>I Apropriar-se dos resultados das avaliações diagnósticas para identificar as necessidades individuais e coletivas dos alunos, bem como realizar a análise de dados de avaliações anteriores e registros de desempenho dos estudantes, para a seleção de habilidades e competências essenciais a serem trabalhadas;</div></div></div>
<div><div></div><div><div>Art. 29 Estabelecer parcerias com as famílias, envolvendo-as no processo de recomposição, com informações sobre o progresso dos filhos e sugestões de atividades para fazer em casa;</div><div>III - Organizar o espaço escolar, cronograma de atendimento, carga horária e indicação e matrícula dos estudantes que participarão da recuperação em Contraturno;</div><div>IV - Orientar e acompanhar os professores, quanto aos registros da frequência e das avaliações no Livro Registro de Classe e quanto ao acompanhamento da evolução da aprendizagem dos estudantes;</div><div>V - Auxiliar o professor no planejamento das aulas e atividades organizadas, em todas as etapas do acompanhamento pedagógico, que compreende a hora-atividade, a elaboração dos planos de aula;</div><div>VI - Realizar reuniões, ao longo do trimestre, com o professor do Projeto de Recomposição, com o professor do ensino regular, oportunizando a interação para troca de informações, a avaliação parcial do trabalho desenvolvido, redimensionando a prática pedagógica, quando necessário;</div><div>VII - Oportunizar acesso a Recuperação em turno ou contraturno ao maior número de estudantes da instituição de ensino, por meio de acompanhamento pedagógico das turmas, oportunizando que cada estudante tenha o direito da recomposição das aprendizagens, com rotatividade, conforme avanços no desempenho escolar;</div><div>VIII- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento pedagógico nas aulas do Recomposição de Aprendizagem buscando a participação efetiva dos estudantes.</div><div>IX - Substituir, a qualquer tempo, o professor após realizar os itens anteriores, com devidos registros, podendo, inclusive, solicitar a cessação da oferta das turmas;</div><div>X - Acompanhar, por meio das ferramentas disponíveis, a quantidade de estudantes matriculados, bem como sua frequência, e realizar os devidos encaminhamentos, quando identificar incorreções nesses dados.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Art. 30 Acompanhar o funcionamento das turmas, ao longo do ano letivo, propondo ações para melhoria.</div><div>Art. 31 Compete aos professores da Recomposição de Aprendizagem:</div><div>I - Desenvolver um trabalho articulado com a equipe diretiva e com corpo docente da instituição de ensino;</div><div>II - Conduzir as aulas, dentre as habilidades a serem desenvolvidas, deverão ser priorizadas as de leitura, escrita, oralidade, interpretação, raciocínio lógico, cálculo, resolução de problemas e problematização para recomposição das aprendizagens e desenvolvimento das habilidades em defasagem.</div><div>III - Adotar metodologias diferenciadas e inovadoras, partindo do nível concreto e avançando para o abstrato, para incentivar os estudantes a frequentarem e superar as dificuldades de aprendizagem.</div><div>IV - Organizar as produções dos estudantes em pastas individuais ou portfólios, de tal modo que possa haver um conjunto de atividades que possibilite a análise do avanço da sua aprendizagem.</div><div>V - Analisar as dificuldades apresentadas pelos estudantes, por meio de encaminhamento feito pelo professor e equipe pedagógica com indicações precisas e com foco na evolução da aprendizagem e nos conteúdos elencados como prioritários.</div><div>VI - Após identificar que os estudantes se apropriaram das habilidades e conhecimentos necessários para o acompanhamento dos conteúdos dos componentes curriculares do ano/série de sua matrícula, informar à equipe gestora para desligá-los, oportunizando o ingresso de um novo estudante, quando necessário.</div><div>VII - Realizar a hora-atividade com o acompanhamento da equipe pedagógica, participando, efetivamente, da formação continuada em serviço, bem como do planejamento e do replanejamento, das reuniões pedagógicas, dos pré-conselhos,</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Conselhos de Classe;</div><div>VIII - Participar das reuniões com a equipe pedagógica e professores das turmas regulares, para troca de informações e avaliação parcial do trabalho desenvolvido, redimensionando a prática pedagógica, se necessário.</div><div>IX - Registrar o progresso dos alunos, para análise e discussão com a equipe pedagógica e professores do ensino regular, definindo, conjuntamente, a dispensa ou a permanência do estudante na Recuperação em Contraturno.</div><div>Art. 32 Compete aos professores regentes das turmas do ensino regular</div><div>I - Diagnosticar e indicar, os alunos que apresentarem dificuldades no desenvolvimento das habilidades e competências;</div><div>II - Reunir-se, ao longo do trimestre, com a equipe pedagógica e com o professor de Recomposição de Aprendizagem, para discutir e acompanhar o desenvolvimento dos alunos nas aulas e a evolução da sua aprendizagem, bem como continuar observando os alunos dispensados, ao longo do ano letivo;</div><div>III - Reunir-se, com a equipe pedagógica e com o professor da Recomposição de Aprendizagem, para definição de ações que possibilitem a superação das dificuldades apresentadas pelos alunos, bem como para definição da sua permanência ou dispensa.</div></div><div><div>DISPOSIÇÕES FINAIS</div></div><div><div>Art. 20 A definição de dispensa ou não dos alunos que frequentam as aulas de Recomposição, podendo ser contemplado na Ampliação de Jornada Escolar ocorrerá após análise e discussão entre professores do contraturno, professores regentes do ensino regular e equipe pedagógica, sobre o seu desempenho no processo de aprendizagem e sobre a superação das suas dificuldades.</div></div></div>	<div><div></div><div><div>Art.21 Os estudantes que superarem suas dificuldades de aprendizagem poderão ser dispensados das aulas a qualquer tempo.</div><div>Art. 22 As ações educativas da Recomposição da Aprendizagem, Paralela, em Contraturno, deverão ser organizadas em consonância com as orientações da Secretaria Municipal de Educação.</div><div>Art. 23 A instituição de ensino deverá organizar ações educativas visando superar as dificuldades/defasagens de aprendizagem, conforme estabelecido nesta Instrução Normativa.</div><div>Art. 24 Os casos omissos serão orientados e discutidos pela Equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação..</div><div>Art.25. Esta Instrução Normativa entre em vigor no ano letivo de 2025.</div></div><div><div>São Tomé, 13 de agosto de 2025.</div><div>Aline Cocci de Souza Ceicento</div><div>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE</div></div></div>
<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de São Tomé</div><div>CNPJ: 25.381.179/0001-29</div><div>PRACA PROFESSOR PEDRO RECCIO, 248 – FONE / FAX: (044) 3607-1280</div><div>CEP: 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ</div></div></div> <div><div>EXTRATO DO CONTRATO Nº 113/2025</div><div>LICITAÇÃO Nº - Pregão Eletrônico Nº 23/2025</div><div>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ</div><div>CONTRATADO: VIQUETE E GARCIA LTDA</div><div>OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PRODUTOS DE LIMPEZA E DEMAIS MATERIAIS DE COZINHA, DESTINADOS AOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ</div><div>VALOR GLOBAL: 150.863,90 (Cento e Cinquenta Mil, Oitocentos e Sessenta e Três Reais e Nove Centavos).</div><div>PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.</div><div>DATA DE ASSINATURA: 13/08/2025</div></div> <div><div>JOAO PAULO TRAVASSOS RADDI</div><div>Prefeito Municipal</div></div>	<div><div></div><div><div>Fundo de Previdência do Município de São Tomé</div><div>CNPJ: 04.088.376/0001-84</div><div>Rua Prefeito Salvador Sanchez, 480 - Centro - Fone / Fax: (044) 3607-1851</div><div>CEP: 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ</div></div></div> <div><div>EXTRATO DO CONTRATO Nº 4/2025</div><div>PROCESSO INEXIGIBILIDADE Nº 2/2025</div><div>CONTRATANTE: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ - FUNPREST</div><div>CONTRATADO: MODA TELECOMUNICAÇÕES LTDA</div><div>OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PORTABILIDADE DE LINHA TELEFÔNICA FIXA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ</div><div>VALOR GLOBAL: 1.440,00 (Um Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais).</div><div>PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato.</div><div>DATA DE ASSINATURA: 14/08/2025</div></div> <div><div>MARTA MARQUES ROCHA</div><div>Diretora Presidente</div></div>	<div><div></div><div><div>Prefeitura Municipal de São Tomé</div><div>CNPJ: 25.381.179/0001-29</div><div>PRACA PROFESSOR PEDRO RECCIO, 248 – FONE / FAX: (044) 3607-1280</div><div>CEP: 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ</div></div></div> <div><div>EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1</div><div>CONTRATO Nº 4/2025</div><div>LICITAÇÃO Nº 5/2025</div><div>Processo dispensa Nº 3/2025</div><div>CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ</div><div>CONTRATADO: INSD DEDTIZADORA LTDA</div><div>OBJETO: L1: 14.133/2021.</div><div>DATA DE ASSINATURA: 28/07/2025</div></div> <div><div>JOÃO PAULO TRAVASSOS RADDI</div><div>PREFEITO MUNICIPAL</div></div>	<div><div></div><div><div>Fundo de Previdência do Município de São Tomé</div><div>CNPJ: 04.088.376/0001-84</div><div>Rua Prefeito Salvador Sanchez, 480 - Centro - Fone / Fax: (044) 3607-1851</div><div>CEP: 87220-000 – SÃO TOMÉ – PARANÁ</div></div></div> <div><div>PROCESSO Nº 4/2025</div><div>RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2025</div><div>Autoriza e ratifica a despesa, emissão de empenho e a inexigibilidade de licitação para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PORTABILIDADE DE LINHA TELEFÔNICA FIXA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ, com valor global de R\$ 1.440,00 (Um Mil, Quatrocentos e Quarenta Reais), em favor de MODA TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 23.376.743/0001-04. Em conformidade com o art. 72 da Lei 14.133/2021, alterada pela Lei 14.133/2021, com base no artigo 74, inciso II.</div></div> <div><div>São Tomé, quatorze dias de agosto de 2025</div><div>MARTA MARQUES ROCHA</div><div>DIRETORA PRESIDENTE</div></div>